

Senado é 100% transparente

Pesquisa FGV comprova

SENADO FEDERAL

Conforme a pesquisa Estado Brasileiro e Transparência, da Fundação Getúlio Vargas, o Senado atendeu a 100% dos pedidos de informação no mais abrangente estudo feito sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XXI — Nº 4.299 — Brasília, quinta-feira, 14 de maio de 2015

Ministro discute terceirização hoje com sindicalistas

Manoel Dias, do Trabalho, é um dos convidados para audiência interativa que debaterá projeto polêmico aprovado pela Câmara. Terça-feira haverá sessão temática no Plenário

Cidadãos em todo o Brasil poderão participar, pela internet ou por telefone, da audiência na Comissão de Direitos Humanos que reunirá representantes do governo, dos trabalhadores e magistrados. O projeto em discussão permite a terceirização das atividades-fim nas empresas, o que vem

sendo condenado pelas centrais sindicais e apoiado por empresários. O presidente do Senado, Renan Calheiros, alerta para o risco de retirada de direitos trabalhistas e considera que, na forma atual, a proposta virou um “liberou geral”. Ele anunciou que o ministro voltará a discutir o tema com senadores na terça-feira, em Plenário. **3**



Altermar Alcantara/Presidência de Manaus

Número de idosos sem domínio de leitura e escrita cresceu nos últimos anos

Senado aprova inclusão de idosos no sistema educacional

De acordo com projeto que agora segue para votação na Câmara dos Deputados, idoso deverá ter o direito de estudar em lugar que lhe ofereça condições compatíveis com a idade, como espaço físico acessível e presença de profissional de saúde. **8**

Jefferson Rudy/Agência Senado



Ajuste não afeta setor hídrico, afirma governo

Em debate na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, os ministros da Integração Nacional, Gilberto Occhi, e das Cidades, Gilberto Kassab, garantiram que os programas de saneamento serão preservados, apesar do ajuste fiscal do

governo. Eles destacaram o andamento da transposição do Rio São Francisco, que estaria com 75% das obras concluídas. Já o presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu Guillo, defendeu a construção de novos reservatórios. **7**

Comissão de Mudanças Climáticas recebeu dois ministros e presidente de agência reguladora para debater a crise hídrica e investimentos na oferta de água

Senadores querem apressar reforma do ICMS

A Comissão de Desenvolvimento Regional fez ontem duas audiências públicas para tentar avançar as negociações com o governo e com os secretários de Fazenda dos estados sobre o imposto mais complexo da estrutura tributária do país. Encon-

tro com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ficou marcado para terça-feira. Os secretários estaduais pediram ao relator de projeto que busca pôr fim à guerra fiscal, Wellington Fagundes, que siga o acordo firmado entre eles. **6**

Em uma das audiências, senadores ouvem secretários estaduais sobre convênio aprovado no Conselho Nacional de Política Fazendária



Pedro França/Agência Senado

Proposta de novo Código Penal volta para comissão **3**

Pauta do Plenário está trancada por MP sobre verbas para o BNDES **2**

Clubes dizem que exigência da MP do Futebol é exagerada **5**

Projeto torna mais baratos painéis de energia solar **4**

Regulamentação da profissão de DJ segue para votação final **5**

MP que eleva empréstimos do BNDES tranca pauta

Medida provisória, que foi aprovada terça-feira na Câmara, aumenta valor que banco de fomento pode empregar com subvenção do governo. Texto precisa ser votado no máximo em duas semanas

FOI LIDA ONTEM no Plenário do Senado a Medida Provisória (MP) 663/2014, que aumenta em R\$ 50 bilhões o limite de recursos que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderá emprestar com subvenção da União. Com o aumento, o total passará a R\$ 452 bilhões. A MP já chega trancando a pauta do Senado e tem até o dia 28 para ser votada antes de perder a vigência.

A subvenção de que trata a MP é feita sob a forma de equalização de taxas de juros e valerá nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro deste ano. A equalização funciona quando a União paga a diferença entre o encargo do mutuário final e o custo de captação dos recursos na fonte, acrescido da remuneração do BNDES e dos agentes financeiros por ele credenciados.



Polo Empresarial de Vila Velha (ES): repasse pode modernizar parque industrial

Na Câmara, a medida foi aprovada na terça-feira e recebeu críticas de deputados. A oposição alega que a economia esperada das MPs 664/2014 e 665/2014, referentes ao ajuste fiscal, é menor que o valor a ser destinado ao banco. Deputados governistas alegam que a MP 663/2014 é fundamental para manter empregos.

De acordo com o governo, o aumento do repasse vai auxiliar o BNDES a atender a demanda pelo aumento da competitividade da indústria brasileira. Um dos objetivos é a modernização do parque industrial com investimentos em projetos de engenharia e inovação tecnológica voltados à produção de bens de capital. (Com Agência Câmara)

Senado aprova novo embaixador do Brasil em Londres

O Plenário do Senado aprovou ontem Eduardo dos Santos para o cargo de embaixador do Brasil no Reino Unido e na Irlanda do Norte. Antônio Carlos de Salles Menezes foi aprovado para a embaixada do Brasil no Togo.

A indicação de Santos já havia sido aprovada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em

abril. Durante a sabatina na CRE, o indicado apontou que o relacionamento entre Brasil e Reino Unido atingiu “seu mais alto nível político”.

O nome de Menezes, por sua vez, havia sido aprovado na Comissão de Relações Exteriores também em abril. Durante a sabatina, Menezes anunciou a intenção de aumentar as linhas de transporte

entre o Togo e o Nordeste brasileiro.

O Plenário do Senado também aprovou o nome do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Lelio Bentes Corrêa para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ao conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.

Aloysio cita ausência de Dilma na comemoração do fim da 2ª Guerra

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lamentou a ausência da presidente Dilma Rousseff nas comemorações sexta-feira, no Rio, dos 70 anos do fim da 2ª Guerra Mundial.

O senador frisou que o mundo todo celebrou o término de “muitos anos de violência e perdas irreparáveis” e Dilma foi a única chefe de Estado de país que enviou tropas ao combate a se ausentar dos eventos.

— De forma injustificada, a presidente não foi à celebração do Dia da Vitória, talvez temendo manifestações populares que eclodem a cada vez que aparece em público. Enquanto líderes do mundo comemoravam com o povo esta data, a presidente Dilma preferiu se fechar em seu bunker simbólico, o Palácio do Planalto.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Valadares critica abuso do governo federal em utilizar restos a pagar

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) alertou para a falta de planejamento dos gastos públicos, que levou ao crescimento “galopante” dos restos a pagar. Para ele, o expediente contábil, em que compromissos financeiros não são efetuados até o fim do ano, é usado por governos para justificar a falta de aplicação de recursos prometidos.

Ele citou levantamento do site Contas Abertas pelo qual o primeiro governo da presidente Dilma terminou com saldo de aproximadamente R\$ 250 bilhões em restos a pagar e criticou a discricionariedade do Executivo na liberação de verbas, inclusive condicionando o repasse a estados e municípios à posição das bancadas em votações importantes.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia reitera crítica à falta de acesso a mamografia

Ana Amélia (PP-RS) protestou ontem, mais uma vez, contra a portaria do Ministério da Saúde que restringe acesso à mamografia como exame de rotina no Sistema Único de Saúde (SUS) apenas às mulheres com 50 anos ou mais. Ela reforçou a importância da prevenção.

Pela portaria, mulheres com até 49 anos só farão o exame pelo SUS se houver indicação médica em casos de dor, nódulos ou secreções no seio, ou se a mulher tiver histórico de câncer na família.

A senadora considera errado deixar as mulheres com menos de 50 anos sem a garantia do exame, até porque a Lei 11.604, de 2008, prevê o acesso ao procedimento nos hospitais públicos a partir dos 40 anos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo Renan, votação de Fachin no Plenário será feita com absoluta isenção

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a votação no Plenário da indicação de Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal (STF) será feita com “absoluta isenção”. Fachin foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) anteontem e deverá ser votado pelo Plenário na terça-feira.

— A minha posição é de absoluta isenção e total neutralidade. Resolvemos pautar a indicação para a semana que vem para desfazer qualquer conotação com relação à condução do presidente, porque, se você improvisa, vai sempre aparecer alguém para dizer: votou hoje para administrar um quórum menor. Como essa é uma questão exacerbada, conflita interesses, é

preciso preveni-la — avaliou.

Renan esclareceu que não vê necessidade de realizar novas sabinas com os ministros de tribunais superiores que ao atingirem 75 anos manifestarem a intenção de continuar exercendo a magistratura. A dúvida surgiu logo após a promulgação da Emenda Constitucional 88, que aumentou de 70 para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória de ministros de tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União.

— Essa remissão é absolutamente desnecessária. Seria ilógico, desnecessário, ter que sabatar de novo os ministros do STF. Qualquer dúvida remanescente caberá ao próprio Supremo Tribunal Federal corrigir — explicou.

CPI das Próteses ouve hoje governo e médicos na Assembleia Legislativa do RS

A CPI das Próteses fará hoje uma audiência na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, onde ouvirá vítimas de procedimentos irregulares relacionados a órteses e próteses.

Foram convidados, entre outros, o secretário estadual de Saúde, João Gabbardo dos Reis, o presidente do Conselho Regional de Medicina do estado, Fernando Weber Matos, e o procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Eduardo de Lima Veiga.

A CPI destina-se a investigar

as denúncias sobre irregularidades nos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses. Em seu pedido de criação da CPI, Magno Malta (PR-ES) menciona denúncia sobre a “máfia das próteses” envolvida na venda superfaturada de produtos em troca de comissões, aumentando o gasto do sistema de saúde e colocando pacientes em risco.

O Rio Grande do Sul é o estado com a maior quantidade de ações judiciais para medicamentos e dispositivos médicos.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

11h30 Sessão deliberativa extraordinária. Às 14h, sessão plenária. Medidas provisórias do seguro-desemprego (MP 665) e do BNDES (MP 663) trancam a pauta.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

11h Renan recebe deputados federais; às 11h30, preside sessão deliberativa.

CRA Política pública agrícola

8h A comissão debate a situação atual e metas para a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

CPI/PRÓTESES Audiência no Sul

9h Audiência sobre práticas irregulares no mercado de próteses e órteses na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

CDH Terceirização e trabalho escravo

9h A comissão realiza debate interativo com o tema “A Lei Áurea, terceirização e o combate ao trabalho escravo”.

CRE Estrangeiros

10h Na pauta, o PLS 288/2013, que regula a entrada e estada de estrangeiros no Brasil; e arguição de indicado para chefe de missão diplomática.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Terceirização terá debate interativo hoje com o ministro do Trabalho

Além do encontro promovido pela Comissão de Direitos Humanos do Senado, tema será objeto de sessão temática em Plenário dia 19

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz hoje uma audiência pública para debater o projeto de lei da Câmara que regulamenta e expande os contratos de terceirização no país. O debate começa às 9h, no Auditório Petrônio Portella, e terá caráter interativo, com o recebimento de perguntas e sugestões do público.

Para o encontro, cujo tema é “Terceirização: a revogação da Lei Áurea e trabalho escravo”, foram convidados o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias; o procurador-geral do Trabalho, Luis Antonio Camargo de Melo; e representantes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Também deverão participar representantes da Universidade de Brasília (UnB), da Ordem dos Advogados do Brasil, do Fórum Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, do Fórum Sindical dos Trabalhadores e do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, além do responsável pelo vídeo *Vovó Leontina*, Pedro Paulo Rosa.

O PLC 30/2015 (ou PL 4.330/2004, na Câmara) também será debatido em sessão temática no Plenário dia 19.

Já aprovada pelos deputados, a proposta aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto, que também passará pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), permite a terceirização das atividades-fim das empresas e estende esse tipo de contratação a associações, fundações e empresas individuais. Além disso, reduz de 2 para 1 ano o período de quarentena que ex-empregados da contratante



Sindicalistas expõem cartazes durante análise de projeto: terceirização de atividades-fim das empresas é controversa

têm de cumprir para poder firmar contrato com ela como sócios de empresa.

A terceirização da atividade-fim é condenada por sindicalistas com o argumento de que fragilizará a organização dos trabalhadores e, consequentemente, sua força de negociação com as empresas. Já os empresários argumentam que trará mais agilidade e redução de custos para a contratante, com efeitos na economia.

“Velha senhora”

Em entrevista no dia 7 de maio, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o projeto será debatido detalhadamente no Senado e que a proposição não será votada de forma apressada.

— É evidente que o assunto divide opiniões. Nosso propósito é contribuir com a regulamentação, mas colocaram coisas demais, virou um “liberou geral” em relação à regulamentação da atividade-fim. E aí o resultado é a precarização do trabalho, a diminuição dos salários. Temos que respeitar a velha senhora, que é a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Não dá para concordar com um novo modelo de desenvolvimento baseado na retirada de direitos trabalhistas — advertiu.

Na avaliação de Paulo Paim (PT-RS), o Senado precisa alterar ou até mesmo fazer um

novo projeto regulamentando os 12 milhões de trabalhadores terceirizados.

— O caminho mais adequado para aqueles que querem efetivamente regulamentar a terceirização, e não retirar direitos dos trabalhadores, é construir um projeto apoiado por todos os líderes — afirmou.

Para Marcelo Crivella (PRB-RJ), a proposta torna precárias as relações de trabalho e retira direitos dos trabalhadores conquistados com muita luta. Ele avaliou que, na forma como foi aprovada na Câmara, o texto fará com que a terceirização alcance o setor público, o que representaria um ataque frontal à Constituição, que diz que o acesso

ao emprego público deve ser feito via concurso.

— Agora nós poderemos ter talvez 80% dos funcionários do Banco do Brasil ou de outras empresas semelhantes terceirizados. Isso fere a Constituição — afirmou.

(Com Agência Câmara)

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: senadofederal

www.facebook.com/senadofederal

▶ Twitter: @agencia_senado

[www.twitter.com/agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Empresas, sindicatos e governo na sessão temática

Renan informou ontem que a sessão temática em Plenário sobre terceirização, na terça-feira, também terá a presença do ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias. Outros participantes serão representantes do Ministério Público do Trabalho, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Confederação Nacional do Trabalho (CNT), de uma federação estadual de

indústrias e de duas centrais sindicais. Outro convidado é o professor Hélio Zylberstajn, da Universidade de São Paulo (USP).

O presidente do Senado disse ainda que no mesmo dia receberá, às 16h, o primeiro-ministro da China, Li Keqiang. Ele estará no Brasil para assinar acordos financeiros, de infraestrutura e de energia.

(Com Agência Brasil)

Para Paulo Paim, proposta revoga a Lei Áurea

“Lembrar a abolição é não esquecer a tragédia da escravidão”, afirmou Paulo Paim (PT-RS), lembrando o dia da abolição da escravidão, comemorado ontem. Paim disse que a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, foi importante, mas não pôs fim ao sofrimento dos negros, porque nada foi feito para garantir-lhes uma nova vida:

— Eles foram atirados à própria sorte, sem escola, sem moradia, sem trabalho, sem cidadania.

Ele advertiu que uma proposta em votação no Congresso poderia trazer de volta de certa forma a escravidão: a da terceirização.

— A escravidão, além de persistir, quer voltar com força. Querem revogar a Lei Áurea. De que jeito? Aprovando o projeto que vai trazer para todos os trabalhadores a possibilidade de serem terceirizados.

Gladson: erros do passado explicam desemprego de hoje

Gladson Cameli (PP-AC) chamou a atenção para o crescimento do desemprego no Brasil, lembrando que o IBGE calcula a taxa já em 7,9%, ou seja, há no país 8 milhões de pessoas sem emprego. No Nordeste, o IBGE aponta índice ainda pior: 9,6%; no Norte, 8%; no Centro-Oeste, 7,3%; e no Sul, 5,1%. As notícias ainda pioram, acrescentou, quando se vê que a tendência é de alta no desemprego.

— Essa situação poderia ter sido evitada caso fôssemos mais cuidadosos com institutos importantes, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, e tivéssemos tido a prudência de aproveitar anos de vacas gordas para implantar reformas econômicas de que o Brasil necessita.

Projeto do novo Código Penal volta a ser analisado por comissão

O Plenário decidiu ontem que o projeto que institui o novo Código Penal será reexaminado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O Projeto de Lei do Senado (PLS) 236/2012 já foi aprovado na comissão destinada a emitir parecer sobre a proposta, que tem como base anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas instalada em 2011.

Os senadores também aprovaram requerimento do senador Magno Malta (PR-ES) para que o PLS 150/2015, que tipifica criminalmente a discriminação

ou preconceito de opção ou orientação sexual, passe a tramitar em conjunto com o projeto que institui o Código Penal. O texto é de Otto Alencar (PSD-BA).

O Regimento Interno do Senado exige a realização de três sessões consecutivas e exclusivas para discussão e deliberação sobre projetos de código. O texto a ser reexaminado pela CCJ, que tramitava em regime de urgência, amplia a pena mínima para o crime de homicídio, torna a corrupção crime hediondo e tipifica os crimes de terrorismo e caixa dois.

A proposta também se opõe ao aborto, propõe harmonização de penas para os crimes contra os animais e aumenta o rigor penal nos crimes contra a administração pública.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) parabenizou as lideranças políticas pela construção de entendimento para exame do projeto na CCJ. Delcídio do Amaral (PT-MS) concordou com o encaminhamento da proposta à comissão. Romero Jucá (PMDB-RR) avaliou que, dessa forma, os parlamentares poderão aprofundar o conhecimento sobre a

proposta. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que a aprovação do código exige discussão aprofundada. Blairo Maggi (PR-MT) pediu que o projeto fique 30 dias na CCJ antes de ser devolvido ao Plenário.

A comissão especial de senadores responsável pela avaliação da proposta, que atualiza o Código Penal, de 1940, aprovou mudanças sugeridas pelo relator, o ex-senador Pedro Taques. Na CCJ, o projeto recebeu substitutivo do ex-senador Vital do Rêgo, pendente de análise.

Proposta, que foi aprovada pela Comissão de Infraestrutura e tem apoio do Ministério da Fazenda, retira tributo cobrado de painel que converte energia do sol em energia elétrica

Avança isenção de imposto para painel solar

PARA REDUZIR O custo dos sistemas de conversão de energia solar em energia elétrica, a Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou um projeto que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de PIS-Pasep e da Cofins painéis fotovoltaicos e outros componentes dessa modalidade de energia fabricados no Brasil.

O autor da proposta (PLS 167/2013), Wilder Moraes (DEM-GO), prevê isenção também do Imposto de Importação para componentes fabricados em outros países até que haja similar nacional.

Segundo o autor, o alto preço dos painéis solares no Brasil representa um obstáculo ao maior aproveitamento da energia solar no país. Ele afirma que a disseminação de células fotovoltaicas em telhados de casas e fachadas de edifícios na Europa decorre de incentivos tributários inseridos na legislação dos países da União Europeia.

Potencial

O relator da matéria na CI, Blairo Maggi (PR-MT), avalia que o potencial brasileiro de uso de energia solar está subaproveitado e acredita que a redução de custos, a partir da desoneração proposta, dinamizará a produção alternativa de energia no país.

Ele informa que o setor estima um aumento do consumo de energia elétrica em torno de

46% até 2023, especialmente na indústria.

A renúncia de receita estimada pelo Ministério da Fazenda caso as desonerações previstas no projeto sejam adotadas ficará entre R\$ 15 milhões e R\$ 18 milhões anuais, o que torna a proposta exequível, na opinião de Blairo:

— É de se comemorar, porque a Fazenda aceitou fazer uma redução de carga tributária.

No debate na CI, Walter Pinheiro (PT-BA) e Hélio José (PSD-DF) consideraram importante a proposta, que vai agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Blairo, relator do projeto sobre energia solar, fala durante votação do texto

Senado cria subcomissão para acompanhar setor da mineração

Será criada na Comissão de Infraestrutura (CI) uma subcomissão permanente para acompanhar avanços e dificuldades do setor de mineração. A subcomissão foi sugerida por Sérgio Petecão (PSD-AC), Wilder Moraes (DEM-GO) e Hélio José (PSD-DF).

A subcomissão se dedicará a fazer um diagnóstico dos problemas enfrentados pelo

setor, identificando causas e propondo soluções para o aperfeiçoamento da exploração mineral, inclusive com a sugestão de projetos de lei.

— A Câmara está discutindo o marco regulatório da mineração e a criação da subcomissão será uma forma de nos prepararmos para quando a matéria chegar ao Senado — explicou Petecão.

Comissão de Infraestrutura debaterá os desafios da área energética

Foi aprovado ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI) um requerimento de Lasier Martins (PDT-RS) para a realização de uma audiência pública sobre a situação do setor energético, os riscos e os planos estratégicos adotados pelo Executivo.

O presidente da comissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), informou que a data do debate ainda será marcada.

A audiência, explicou Lasier, também será uma oportunidade para a comissão analisar os resultados de pesquisa realizada pelo DataSenado em parceria com a Universidade Columbia (EUA) que revelou, entre outros aspectos, o apoio dos entrevistados ao aumento de investimentos em fontes renováveis de energia, como a eólica e a solar.

Serão convidados para o debate o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda e presidente substituto do Conselho de Administração Fazendária (Confaz), Fabricio Dantas Leite; o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino

Ventura Filho; o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Mauricio Tolmasquim; o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura Adriano Pires; e o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) André Pepitone da Nóbrega.

A participação do vice-presidente do Confaz foi sugerida por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que quer saber a opinião do Poder Executivo sobre propostas de desonerações no setor.

— Para podermos decidir sobre isenções sem ferir a autonomia dos estados, seria importante buscar uma posição consensual dentro do Confaz, para que não pareça que nós estamos exorbitando, querendo ferir a autonomia federativa dos estados brasileiros — afirmou o senador.

Na avaliação de Hélio José (PSD-DF), o debate permitirá aos senadores discutir questões relacionadas à regulação do setor de geração de energia elétrica.

A realização da audiência pública também foi apoiada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Governo ignora falhas em rodovias, afirma Medeiros

José Medeiros (PPS-MT) criticou a paralisação das obras das BRs 364 e 163, rodovias que cortam Mato Grosso. O senador afirmou que, além do prejuízo, a interrupção das obras frustra a população do estado.

Medeiros explicou que as duas estradas contam com o maior fluxo de caminhões do país e, ao mesmo tempo, são consideradas os pontos mais críticos da malha rodoviária federal. O senador disse esperar que o governo perceba que gastar dinheiro com a infraestrutura em Mato Grosso não é despesa, e sim investimento.

— É preciso definir quais são as prioridades, a partir da necessidade do povo, sem recorrer a cortes indiscriminados e redução de recursos em áreas que deveriam ser tratadas como estratégicas, como é o caso da infraestrutura.



Moreira Matiz/Agência Senado

Para Humberto, Brasil não está à beira do abismo

Humberto Costa (PT-PE) anunciou que a presidente Dilma Rousseff vai participar hoje em Pernambuco da viagem inaugural do navio petroleiro André Rebouças, o quinto produzido pelo Estaleiro Atlântico Sul, em Ipojuca (PE). Dilma também fará o batismo do sexto navio petroleiro, “numa sólida demonstração de que a indústria naval é uma das mais importantes do Brasil”. O senador lembrou que há 15 dias Dilma inaugurou em Pernambuco uma fábrica da Jeep:

— São eventos que contestam frontalmente esse clima de pessimismo plantado diariamente contra o Brasil. Desde 2013, o Brasil é incendiado com as mais terríveis previsões que pintam o país à beira de um abismo. Nada do que foi dito por esses falsos profetas do apocalipse se confirmou.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Vanessa cobra plano de salários para Suframa

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse esperar que o governo mande em breve para o Congresso um projeto criando o plano de cargos, carreiras e salários da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Ela explicou que o plano de cargos foi incluído pelo Congresso na MP 660/2014, mas foi vetada por Dilma Rousseff. Isso porque apenas o Executivo pode propor a criação de cargos, como é o caso dos 730 funcionários da Suframa.

Vanessa disse que os servidores estão em negociação com o governo, mas até agora não houve acordo:

— O plano de carreiras, de cargos e salários do pessoal da Suframa tem mais de 15 anos. A remuneração está defasada. Eles estão na iminência de entrar em greve.



Moreira Matiz/Agência Senado

CPI do Assassinato de Jovens discutirá polícia, diz Lídice

Diante do fato de que o homicídio é a principal causa da morte de jovens no Brasil, Lídice da Mata (PSB-BA) ressaltou a importância da CPI criada pelo Senado para investigar o problema.

A CPI já marcou as três primeiras audiências com pesquisadores e movimentos sociais. Lídice explicou que a comissão pretende discutir o problema e apresentar propostas aos governos federal, estaduais e municipais.

— A CPI nos levará a discutir o modelo de segurança pública que temos, o modelo de polícia que temos. Não passará ao largo da conclusão de que a nossa juventude também precisa do caminho da educação como uma das fortes possibilidades de inserção social e de afastamento da vulnerabilidade em que se encontram.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Lúcia Vânia aponta caso de exploração de menor em Goiás

Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou o conteúdo da reportagem do jornal *O Popular* que revelou a exploração sexual de crianças e adolescentes em Cavalcante (GO).

A senadora pediu ao governo estadual e à Justiça que protejam as crianças das comunidades quilombolas da região. O fortalecimento dos conselhos tutelares foi uma das medidas que, de acordo com ela, devem ser adotadas urgentemente.

— A violência sexual contra crianças e adolescentes configura uma prática abominável de exploração do ser humano a partir de um processo de coisificação do indivíduo. Esta Casa não pode se omitir diante de práticas hediondas. Trata-se de uma grave violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Dirigentes avaliaram em debate que as contrapartidas exigidas pelo governo para o refinanciamento das dívidas fiscais podem prejudicar a quitação de débitos trabalhistas

Clubes das Séries B e C criticam MP do Futebol

REPRESENTANTES DE CLUBES das Séries B e C do Campeonato Brasileiro criticaram ontem a medida provisória (MP) que cria programa de refinanciamento das dívidas fiscais das agremiações. Em audiência pública da comissão mista encarregada de fazer a análise prévia da MP 671/2015, a MP do Futebol, eles reforçaram a opinião geral dos clubes das Séries A e D, ouvidos no dia anterior. Para os dirigentes, as contrapartidas listadas pelo governo para quem quiser aderir à renegociação dos débitos são impeditivas.

A queixa principal dos clubes diz respeito às dívidas e a questões judiciais trabalhistas. Os dirigentes acreditam que o modelo atual de legislação, dividido entre a CLT e a Lei Pelé, cria dificuldades de cumprir acordos e leva a muitas intervenções judiciais.

— Hoje, o jogador mais caro do Bahia é uma dívida com a Justiça do Trabalho — declarou no debate de ontem o presidente do clube, Marcelo Sant'Ana.

Ele explicou que o Bahia paga parcelas mensais de R\$ 300 mil à Justiça do Trabalho, que chegarão a R\$ 430 mil em 2016. Também mostrou preocupação quanto à continuidade dos pagamentos caso submeta o clube à retenção de despesas, uma das condições da MP.

O presidente do Botafogo, Carlos Eduardo Pereira, contou que o clube possui um acordo com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro para a quitação escalonada de dívidas trabalhistas. Ele entende que seria positivo adotar a prática nacionalmente.

— É fundamental porque garante capacidade de pagamento da instituição e o recebimento dos credores trabalhistas que aguardam há muito tempo. Com isso, protegemos as receitas e podemos caminhar para a questão fiscal — explicou.

O presidente do Paysandu, de Belém, Alberto Maia Filho, avaliou que as



Deputado Andres Sanchez, ex-presidente do Corinthians, defende na audiência a criação de legislação específica para contratos de trabalho do futebol

intencões da medida provisória são boas. Mas o que chamou de exagero das exigências pode, na opinião dele, piorar a realidade do futebol.

— Queremos ter obrigações, mas a ingerência dentro dos clubes é tornar o futebol brasileiro muito pior e fadado à falência — disse.

O deputado Andres Sanchez (PT-SP), que foi presidente do Corinthians e é o vice-presidente da comissão mista, argumentou a favor da criação de uma legislação específica para os contratos de trabalho do futebol.

— Se nós não consertamos as leis trabalhistas do futebol, todo ano vai ter ações, independentemente de pagar [em dia] ou não. Quando os jogadores mudam de clube ou param de jogar, eles entram com processo por hora extra, adicional noturno...

O presidente da Portuguesa, Jorge Gonçalves, questionou a retenção de receita e o débito automático prioritário das parcelas do refinanciamento. Ele disse que esse é um tratamento desigual que se propõe aos clubes e que atrapalha a gestão financeira.

— Em nenhum refinanciamento dado pelo Estado a primeira dívida a

ser paga é a do parcelamento — disse o dirigente.

Marcelo Sant'Ana criticou as normas de participação em campeonatos para os clubes que aderirem ao refinanciamento. Como as agremiações só podem entrar em competições de entidades que respeitem as regras da MP, cria-se um cenário que praticamente força os clubes a se organizarem em ligas independentes caso as federações estaduais não queiram também colaborar.

Já Alberto Maia Filho manifestou opinião contrária à regra que deter-

mina a responsabilização pessoal dos dirigentes pelas dívidas reconhecidas.

A audiência também contou com a participação de Fabrício Maia, coordenador técnico da Seleção Brasileira de Futebol Feminino. Ele salientou a importância da modalidade, mas defendeu que ela não seja objeto da medida provisória.

No texto original da MP, uma das exigências para os clubes que aderirem ao refinanciamento é a manutenção de "investimento mínimo" no futebol feminino.

Parlamentares ainda ouvirão juristas e representantes da CBF e do governo

A comissão mista da MP do Futebol fará na próxima semana as duas últimas audiências antes da apresentação do parecer do relator, deputado Otavio Leite (PSDB-RJ).

Na terça-feira, o colegiado receberá o ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e o jurista Miguel

Reale Júnior. A mesma audiência deverá contar com um representante do setor de loterias da Caixa. Os parlamentares querem saber mais sobre a possibilidade de criar novas fontes de financiamento para os clubes.

Na quarta-feira, os convidados serão representantes da CBF e do Ministério da Fazenda.

Vai a Plenário regulamentação da atividade de DJ

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) confirmou ontem o texto que regulamenta a profissão de DJ, aprovado pelo Senado em 2011. Os senadores rejeitaram o substitutivo da Câmara. Agora só falta ser votado pelo Plenário. Pelo texto do PLS 322/2010, o DJ deverá obter registro profissional junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para poder atuar e a concessão dependerá da apresentação de certificado de curso profissionalizante na área. A jornada é de seis horas diárias e 30 semanais.

Fica assegurada a liberdade de criação interpretativa dos profissionais, desde que respeitada a obra original. O projeto também regula a atuação de DJs estrangeiros, que ficam dispensados de comprovar a realização de curso técnico desde que permaneçam no país menos de 60 dias. Em eventos com artistas interna-

cionais, pelo menos 70% dos DJs contratados devem ser brasileiros. Marcelo Crivella (PRB-RJ), relator do projeto do ex-senador Sérgio Zambiasi, considerou que a Câmara exorbitou nas exigências.

Causou intenso debate na reunião da CAS proposta com parecer de Otto Alencar (PSD-BA) pela rejeição do PLS 8/2015, de José Medeiros (PPS-MT), que prevê que as emba-

lagens de bebidas açucaradas devam conter advertência sobre os seus malefícios se o consumo for abusivo. Para o relator, a proposta afeta normas do Mercosul e não deve ser aprovada. Lídice da Mata (PSB-BA) apresentou voto em separado e quis acordo com o relator, que reiterou seu parecer. A votação foi adiada. Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu audiência sobre o tema.



Projeto beneficia DJs que atuam no país, como o DJ Brother, de Brasília

Comissão de Direitos Humanos rejeita projeto que proíbe greve em bancos

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) rejeitou ontem o projeto de Ciro Nogueira (PP-PI) que classifica os serviços bancários como essenciais. Na prática, a proposta (PLS 127/2012) vedaria a greve nesse segmento econômico.

O relatório pela rejeição, de Magno Malta (PR-ES), foi lido por José Medeiros (PPS-MT). Segundo o parecer, a vedação à greve seria incompatível com o sistema jurídico brasileiro. "No mundo da conectividade, onde qualquer pessoa de seu smartphone ou computador acessa sua conta bancária, é difícil aceitar a ideia da essencialidade do serviço prestado por um empregado de banco. As próprias agências já dispensam a presença humana em muitos casos e o número de empregados só tem caído" frisa Malta.

O projeto segue agora para

análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Durante a votação, Regina Sousa (PT-PI), ex-sindicalista do setor bancário, afirmou que, em muitas ocasiões, somente com a pressão da greve os trabalhadores conseguem negociar melhorias salariais ou nas condições de trabalho, especialmente na área privada.

Medeiros ainda reiterou que o setor financeiro é "o mais poderoso do mundo hoje, e o único que consegue ganhar até durante as crises econômicas". O presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), declarou enorme respeito pelo autor da proposta, mas considera a rejeição do projeto importante, pois, caso fosse aprovado, poderia abrir um precedente para que se vedasse o direito à greve em outros setores, como para motoristas de ônibus e metalúrgicos.

Audiências na Comissão de Desenvolvimento Regional debateram como apressar as mudanças no ICMS, principal tributo estadual, e viabilizar convênio de secretários de Fazenda

Senado deve seguir acordo sobre guerra fiscal

OS SECRETÁRIOS DE Fazenda dos estados, que participaram ontem de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), defenderam o acordo elaborado no ano passado pelo Conselho

Nacional de Política Fazendária (Confaz), o Convênio 70, como o caminho para por fim à chamada guerra fiscal. O documento estabelece, entre outros pontos, redução das alíquotas do Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em oito anos e a convalidação dos incentivos concedidos sem o aval do Confaz.

Eles ressaltaram que a União precisa estabelecer fundos de

compensação para os estados que tiverem perdas com as mudanças no ICMS e que garantam a eles instrumentos de investimento em infraestrutura que os tornem mais competitivos.

— A ideia do fundo de desenvolvimento regional é promover a melhoria da infraestrutura desses estados para que possam manter a atratividade. Com a mudança da alíquota, os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste diminuem a capacidade de atrair investimentos — argumentou o secretário de Alagoas, George Santoro.

Dos 27 estados, apenas o Paraná ainda não assinou o convênio. O secretário de São Paulo, Renato Vilela, expressou a posição dos integrantes do Confaz. Segundo ele, o Convênio 70 deve ser referência para o PRS 1/2013, em análise na CDR. O relator do projeto, Wellington Fagundes (PR-MT), disse que seu parecer vai considerar o acordo dos secretários de Fazenda.

— Estou buscando essa linha da convergência do Confaz — afirmou na audiência.

De acordo com a proposta do Confaz, as alíquotas interestaduais do ICMS, que hoje são de 7% e 12%, serão reduzidas para 4% em um período de 8 anos. Mas há exceções. A alíquota na Zona Franca seria reduzida dos 12% atuais para 7%, no caso de produtos de informática, e para 10%, para os demais produtos. A movimentação de gás natural entre a maioria dos estados ficaria submetida à alíquota de 10%. No caso de produtos agropecuários, a alíquota cairia para até 7%.

Pelo texto do Confaz, os estados poderão continuar autorizando o uso de benefícios fiscais e financeiros, assim como prorrogar os já existentes, desde que haja prazo máximo de vigência, dependendo do tipo de atividade ou operação.

Para Omar Aziz (PSD-AM), a criação de fundo de compensação para os estados que tiverem perdas com as mudanças no ICMS não contrabalançará as perdas de empregos. Já Blairo Maggi (PR-MT) afirmou que as mudanças são importantes para garantir a saúde financeira dos estados a longo prazo.

Parlamentares cobrarão de Levy avanço na reforma do ICMS

Um café da manhã dos senadores com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, marcado para terça-feira, deverá destravar a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo dos estados, que gera receita anual superior a R\$ 300 bilhões.

A expectativa foi manifestada ontem por Romero Jucá (PMDB-RR) numa audiência pública na CDR sobre o tema. Por falta de acordo, o projeto de reforma do ICMS (PRS 1/2013) está parado no Senado.

Jucá disse que os senadores cobrarão de Levy condições para votar até junho uma nova versão da proposta, que reduz as alíquotas interestaduais do ICMS e dá maior peso à arrecadação no destino das mercadorias. As alíquotas interestaduais, de 7% e 12%, são cobradas na saída da mercadoria, beneficiando o estado que a produz. O estado de destino fica com a diferença entre a alíquota interestadual e a final, que varia segundo o estado e o produto.

Dúvidas

O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), afirmou que os ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa (Planejamento) e a presidente Dilma Rousseff são a favor da reforma do ICMS, situação diferente de 2013. Naquele ano, como notou Walter Pinheiro (PT-BA), o próprio governo “matou” a MP 599/2012, que compensava perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas interestaduais.

Para Pinheiro, relator da MP na comissão mista que avaliou



Jucá, ao lado de Wellington (C), propôs encontro com ministro da Fazenda para fazer avançar mudanças no ICMS

a admissibilidade do texto no Congresso, o governo passou a ter dúvidas quanto à reforma e adotou posição contrária à medida que editara e que perdeu eficácia em junho de 2013.

Jucá, Pinheiro e Delcídio cobraram da Câmara a votação do PLS 130/2014, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que permite convalidar os incentivos fiscais concedidos pelos estados sem a aprovação unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Esses incentivos foram considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, que analisa a possibilidade de baixar uma súmula vinculante consolidando o entendimento da Corte sobre o assunto.

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, conversaram na terça-feira sobre o projeto, aprovado pelo Senado em abril. A ideia é buscar convergência na pauta das Casas.

Para Jucá, se a resolução que diminui as alíquotas interestaduais do ICMS for votada

até junho pelo Senado e a Câmara apressar o exame da convalidação, haverá grande probabilidade de as novas regras serem colocadas em prática em janeiro de 2016, destravando os investimentos nos estados.

Novos fundos

Delcídio avalia, no entanto, que, para avançar nas negociações, é necessário o apoio do Ministério da Fazenda à criação de dois fundos originalmente previstos na MP 599/2012 — o de desenvolvimento regional e o de compensação pelas perdas que alguns estados terão com a redução das alíquotas interestaduais.

Para o senador, a insegurança jurídica trazida pelas decisões do STF contra os incentivos levou empresas que se instalaram nesses estados a tirar “o pé do acelerador” nos investimentos. Ele previu um impacto muito grande na solução que o Senado e a Câmara adotarem quanto às alíquotas e à legalização dos incentivos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Marina Domingos, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Governo diz que estão garantidos os recursos para abastecimento de água

Em audiência, ministros destacaram transposição do São Francisco e disseram que programas do setor serão preservados apesar do ajuste fiscal

OS MINISTROS DA Integração Nacional, Gilberto Occhi, e das Cidades, Gilberto Kassab, disseram ontem que estão assegurados os recursos para a conclusão das obras de transposição do Rio São Francisco e revitalização das bacias. Ao lado do presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, eles participaram de audiência pública na Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas (CMMC) e também apontaram como prioridade a garantia do abastecimento, projetos de saneamento e o uso múltiplo da água.

Ao apresentar o Plano Nacional de Segurança Hídrica, Occhi disse que 75% da transposição já foi executada, beneficiando 13 milhões de pessoas no semiárido nordestino. A conclusão deve vir em 2016.

O ministro ressaltou a importância de investir na revitalização das bacias com o replantio das matas ciliares, ponto também destacado por Otto Alencar (PSD-BA), presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

— Se não se fizer uma revitalização dos mananciais do Rio São Francisco, dentro de 10 a 12 anos ele vai virar um caminho de areia, um retrato



Bezerra coordena audiência, entre Otto Alencar (E) e o ministro Gilberto Kassab

na parede — alertou o senador.

Occhi e Kassab garantiram que a obra está sendo paga em dia e que não haverá contingenciamento, apesar do ajuste fiscal do governo.

— Não teremos cortes de programas de obras, teremos impactos sim, mas todos os programas serão preservados, principalmente os projetos ligados ao saneamento — afirmou Kassab.

Em resposta a Hélio José (PSD-DF), que queria saber o impacto nas obras dos custos com energia elétrica, os ministros informaram que foram encomendados estudos para a utilização de placas solares nos canais e estações.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o governo por não construir novos reservatórios que garantam o abastecimento durante a seca. O senador ressaltou que as últimas

usinas hidrelétricas foram construídas sem lagos, apenas a fio d'água, o que garante a operação por apenas quatro meses no ano. O parlamentar reclamou ainda das obras de saneamento inacabadas na região amazônica.

Os representantes do governo também debateram com os parlamentares as causas da crise hídrica no Sudeste. O deputado Paulo Maluf (PP-SP) entende que o problema em São Paulo se deve à falta de planejamento e investimento. Ele apontou o desperdício de água por parte da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Para Kassab, a crise está vinculada ao crescimento populacional, à urbanização e à distribuição irregular.

— Concentramos 12% da disponibilidade hídrica do mundo, mas temos 70% da

água concentrada na Região Norte — disse.

O presidente da ANA, Andreu Guillo, defendeu mudanças nos padrões de consumo e oferta de água no Brasil. Ele apontou como razoável na crise a utilização média diária de 200 litros por habitante. Guillo apoia a construção de novos reservatórios.

— É o melhor mecanismo para controlar a cheia e reservar água no período de seca — observou.

O presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), e o relator, deputado Sergio Souza (PMDB-PR), observaram que é importante elaborar um plano de segurança hídrica que priorize a questão da escassez de água e a crise energética.

Bezerra considerou fundamental reforçar o diálogo entre o governo e o Congresso na formulação das políticas públicas no setor.

— Para que a gente possa ter o nosso análogo ao Plano Decenal de Investimento do Setor Elétrico. Que a gente possa ter uma carteira de investimento hierarquizada para escolher melhor os projetos e nos antecipar aos cenários futuros — disse o senador.

Pacto federativo deve ser revisto, defende Lasier

Lasier Martins (PDT-RS) saudou a disposição do presidente do Senado, Renan Calheiros, de ouvir



Waldemir Barreto/Agência Senado

os apelos da Confederação Nacional de Municípios em favor da revisão do pacto federativo. No seu entender, o pacto atual é uma “ficção”, dada a centralização de poder e recursos na União.

O senador defendeu a aprovação de lei que impeça o governo de criar despesas para estados e municípios sem apontar fonte de custeio. Ele chamou a atenção para as dificuldades enfrentadas por governos estaduais e municipais para pagar o piso salarial do magistério.

Crivella contesta notícia sobre fraude no seguro-defeso

Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que o jornal *O Globo* se equivocou ao anunciar que o Tribunal de



Divulgação

Contas da União apurou fraudes no seguro-defeso no período em que ele foi ministro da Pesca, entre 2012 e 2014. O senador explicou que o TCU apurou apenas indícios de fraudes e é preciso investigar para comprovar o pagamento indevido a pessoas que não são pescadores, embora sejam cadastradas.

— Quando cheguei, havia 1 milhão e 50 mil pescadores. No recenseamento, cancelamos 300 mil registros. Com isso, tivemos economia.

Flexa Ribeiro relata descompromisso da Vale com o Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reclamou que a Vale nunca cumpriu compromissos com o governo do



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pará, principalmente para colaborar com o desenvolvimento regional. O senador citou como exemplo acordo para construção de 30 mil unidades residenciais no estado, que não foi cumprido. Ele também citou débitos da empresa com o estado, com municípios e com a União.

— Não é possível a Vale continuar explorando o estado do Pará, retirando nossas riquezas e não contribuindo em nada para resolver os problemas dos paraenses.

Audiência debate política de agricultura familiar

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) faz hoje audiência pública, às 8h, para discutir as metas para curto e longo prazo da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (Pnater).

Foram convidados os ministros Kátia Abreu (Agricultura),

Patrus Ananias (Desenvolvimento Agrário), Helder Barbalho (Pesca) e Tereza Campello (Desenvolvimento Social), além de Maria Lúcia Falcón, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A Pnater é a política pública do governo federal que será

acompanhada e fiscalizada pela comissão neste ano. De acordo com o relator, Donizeti Nogueira (PT-TO), a avaliação tem o objetivo de acompanhar a execução e mensurar os impactos da política agrícola.

— A assistência técnica tem um papel imprescindível no processo de difusão das

tecnologias agropecuárias. E não se restringe só ao apoio à produção, mas também na melhor inserção da atividade do pequeno agricultor na cadeia produtiva — diz o senador, citando a obtenção de recursos e estratégias de comercialização e industrialização, itens também previstos pela Pnater.

Subcomissão para analisar Belo Monte retoma atuação

A subcomissão destinada ao acompanhamento das obras da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, retomou os trabalhos ontem. O colegiado — vinculado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) — elegeu Flexa Ribeiro (PSDB-PA) como presidente e Delcídio do Amaral (PT-MS) como vice. O relator será Paulo Rocha (PT-PA).

A usina está sendo construída na Bacia do Rio Xingu. A maior preocupação dos parlamentares é a de fiscalizar as ações que devem diminuir os impactos da obra na vida da

população. Essas ações, que incluem saneamento básico, provavelmente não ficarão prontas com a barragem da hidrelétrica.

De acordo com Flexa, o plano de trabalho da subcomissão deve incluir uma visita dos senadores, no começo de junho, a Altamira e Vitória do Xingu, municípios paraenses mais afetados com as mudanças.

— A usina já está com atraso. Era para produzir energia em 2015, mas só o fará em 2016, devido a várias interferências, então não dá para admitir — reclamou o senador.

Indicados a embaixada na França e OEA são avaliados

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) deve sabatinar hoje os diplomatas indicados para representar o Brasil na França e junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede em Washington (EUA). As sabinas deverão ocorrer após sessão deliberativa da comissão, às 10h.

Paulo Cesar de Oliveira Campos, indicado para embaixador do Brasil na França e no Principado de Mônaco, já serviu nas embaixadas do Brasil em Washington, Tóquio e Bonn e no Consulado-Geral em Londres. Desde 2009,

chefia a embaixada brasileira em Madri (Espanha) cumulativamente com Andorra. A indicação é relatada por Cristovam Buarque (PDT-DF).

Jorge Viana (PT-AC) é o relator da indicação de Guilherme de Aguiar Patriota para o cargo de representante permanente do Brasil junto à OEA. No Brasil, Patriota atuou na Presidência da República e nos Ministérios das Relações Exteriores e da Ciência e Tecnologia. No exterior, serviu em missões junto à OEA e à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), entre outras embaixadas.

Comissão aprova projeto que estimula educação de idosos

Senadores também decidiram promover audiência sobre meia-entrada e acompanhar caso de violência no Paraná

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem um projeto que inclui os idosos na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA). O texto é um substitutivo de Cristovam Buarque (PDT-DF) ao PLS 651/2011, de autoria do ex-senador Gim. A proposta agora vai para a Câmara.

Pela proposta, o acesso do idoso à educação levará em conta sua condição de idade e suas necessidades de cuidado com a saúde e o corpo, sendo garantidos o uso de espaços apropriados e a presença de profissionais da saúde.

O mais recente levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) detectou, entre 2004 e 2009, um aumento de 12% no número de pessoas com mais de 65 anos que não têm o domínio da escrita e da leitura.

Meia-entrada

Por iniciativa do ministro da Cultura, Juca Ferreira, a CDH aprovou a realização de uma audiência para discutir a meia-entrada em eventos culturais. A reunião ainda terá a data definida, segundo o presidente, Paulo Paim (PT-RS).



Paulo Paim conduz a sessão da Comissão de Direitos Humanos: projeto sobre idosos foi aprovado

— Todo mundo sabe que eu sou a favor da meia-entrada aos estudantes, e ainda incluí esse direito para os idosos. Mas não posso me furtar à discussão. O ministro quer trazer algumas demandas da área cultural aos senadores — explicou o senador.

Por solicitação de Gleisi Hoffmann (PT-PR), a CDH decidiu acompanhar e fiscalizar o caso de uma estudante da Universidade Estadual de Londrina, de 19 anos de idade e cujo nome vem sendo mantido em sigilo, que teria ficado presa no Palácio Iguazu após participar

de protestos contra o governo estadual.

De acordo com a senadora, a jovem confirmou em depoimento ao promotor Paulo Tavares que foi presa em uma sala no Palácio Iguazu em 29 de abril, quando foi obrigada a despir-se e sofreu violência psicológica de duas policiais, sendo chamada agressivamente de “vagabunda”, “comunista” e “petista”.

— Não podemos achar que é normal bater em servidores, bater em estudantes porque estão participando de reivindicações — disse Gleisi.

Vai à Câmara proposta que facilita acesso de cego a caixa eletrônico

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem o projeto de Alvaro Dias (PSDB-PR) que torna obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos (PLS 129/07). A proposta vai agora para a Câmara.

O relator foi Sérgio Petecão (PSD-

AC). O texto final determina que os bancos disponibilizem em pelo menos um terminal de autoatendimento o sistema braile e um sistema de comunicação por voz.

Segundo Petecão, os serviços bancários são muito relevantes na vida de milhões de pessoas, a tal ponto que a falta de acessibilidade dificulta o saque

de dinheiro, a consulta de saldos e o pagamento de contas:

— Pessoas com deficiência visual precisam recorrer à ajuda de terceiros, o que pode ser perigoso.

De acordo com o projeto, o sistema braile passa também a ser obrigatório na correspondência enviada a clientes com deficiência visual.

Especialistas cobram mais verba da União no custeio do ensino

O esgotamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para dar conta dos desafios para a melhoria da educação brasileira foi ressaltado por debatedores que participaram ontem de audiência na Comissão de Educação (CE). Para eles, os custos exigidos vão além da capacidade dos municípios e a solução é ampliar a participação federal no financiamento do ensino básico. Por isso, o fundo precisa ser reformulado antes mesmo do fim de sua vigência, em 2020, numa revisão do pacto federativo que envolveu sua criação.

Cesar Callegari, do Conselho Nacional de Educação (CNE), observou que em 2015, pela primeira vez, o volume de recursos destinados ao Fundeb será menor em relação ao ano anterior, em decorrência da crise econômica, que reduz a arrecadação de tributos. No entanto, para 2016 já está projetado aumento de 12,5% no piso dos professores, quando muitos municípios e estados já não cumprem o mínimo estipulado por lei, de R\$ 1,9 mil por mês.

— Há uma crise instalada, e de grandes proporções. Uma delas diz respeito ao piso nacional do professor — disse.

A audiência debateu a implantação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), a pedido



Callegari, Mozart, Fátima, Daniel Cara, Flávia e Andréa Gouveia, da Anped, na audiência da comissão

de Fátima Bezerra (PT-RN), que dividiu com o presidente da CE, Romário (PSB-RJ), a coordenação dos trabalhos. O CAQ vai servir de parâmetro para o cálculo das despesas com o ensino básico. Para se chegar ao gasto por aluno, o cálculo deve incluir salas com número ideal de estudantes, equipamentos adequados e boa infraestrutura, além de professores bem remunerados e capacitados.

O atual Plano Nacional de Educação (PNE — Lei 13.005/2014) estipulou prazo de dois anos, até julho de 2016, para a implantação do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi), pautado em padrões mínimos para uma educação de qualidade. Depois, o valor será reajustado até atingir o ideal, que se transformará no CAQ e espelhará padrões de gastos

próximos aos de países mais avançados.

Houve críticas ao Ministério da Educação (MEC), que ainda não homologou parecer do CNE que consolida a base de cálculo do CAQi. O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, mostrou que a proposta deve ser homologada até o fim de maio para constar das leis orçamentárias para 2016. Segundo ele, o MEC precisa se abrir ao diálogo e suas razões para negar a homologação são frágeis.

Complementação

Cara explicou que, em relação ao CAQi, é possível a implantação por meio do atual Fundeb, que complementa os gastos com educação feitos por estados e municípios que não conseguem atingir

Cristovam diz que pobre não tem escola no país

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou que, 127 anos após o fim da escravidão, o Brasil ainda não garanta escola para os descendentes dos escravos — que, segundo ele, são os pobres do país. Para o senador, nada indica que esse sonho esteja em vias de se tornar realidade. Cristovam ressaltou que o documento que deveria indicar as estratégias para o Brasil se tornar uma “pátria educadora” não cria a esperança de que, num futuro próximo, a educação terá qualidade.

— Temos visto retrocesso até mesmo no pouco que foi feito: no Fies, nos recursos transferidos para prefeituras implantarem a educação integral, nos cortes na educação.

Para Amorim, governo federal abandonou Fies

Eduardo Amorim (PSC-SE) disse que, apesar de o governo federal afirmar que a educação é prioridade, o que se vê na prática é o oposto.

A prova está na redução praticamente à metade dos recursos para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), ressaltou. De acordo com o senador, dos 500 mil pedidos de inscrição no Fies, apenas 250 mil puderam ser atendidos.

— O governo federal, que usou como mote de campanha o slogan “pátria educadora”, anunciou um corte de R\$ 7 bilhões no orçamento do Ministério da Educação. Foi o maior corte que houve, comparado com os demais ministérios.

o piso por aluno. Nesse caso, o governo federal teria que aportar adicionalmente 30 centavos ao fundo, por aluno. Assim, a contribuição da União subiria de 10 para 40 centavos.

Com base em 2012, quando o governo destinou R\$ 9,4 bilhões ao Fundeb, ele disse que o complemento teria que chegar a R\$ 46,4 bilhões — o que significaria a União gastar mais 1% do PIB. Se isso acontecer, disse, municípios, estados e União passariam a gastar, cada um, cerca de 35 centavos por aluno, numa distribuição mais justa dos gastos.

Flávia Nogueira, diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC, procurou transmitir tranquilidade quanto ao cumprimento do prazo para a aplicação do novo parâmetro de financiamento. Segundo ela, o mecanismo deverá ser implantado até 2016.

Na avaliação de Mozart Neves Ramos, diretor do Instituto Ayrton Senna, os interessados precisam cobrar a homologação do CAQi. Para ele, a dificuldade é política e decorre de um fato: quando o parâmetro começar a ser aplicado, os órgãos de controle (tribunais de contas e Ministério Público) terão critérios mais objetivos para cobrar do governo federal, prefeituras e estados o cumprimento de padrões mínimos de qualidade nas escolas.